

Discriminação Contra Jovens Lésbicas em Contexto Escolar

Discrimination Against Young Lesbian Women in the School Context

Liliana Rodrigues¹

João Manuel de Oliveira²

Conceição Nogueira³

Resumo: O presente artigo teve como objetivo elaborar uma resenha teórica sobre a forma como as escolas e seus/suas profissionais se posicionam relativamente à cidadania de jovens lésbicas. Em primeiro lugar, apresentámos as características do ambiente escolar para os/as jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgénero. Depois, mostrámos como as pessoas com orientações sexuais e identidades de género não normativas são vistas e reconhecidas pelos seus pares e pelos/as professores/as, auscultando, em particular, as experiências de jovens lésbicas no contexto escolar. Por fim, discutimos sobre o modo como podemos contribuir para uma escola mais inclusiva que fomente a diversidade e a cidadania ativa de jovens lésbicas.

Palavras-chave: discriminação, jovens lésbicas, escola, cidadania.

Abstract: This paper is aimed at conducting a theoretical review on how schools and their professionals position themselves in relation to citizenship of young lesbian women. Firstly, we examined the characteristics of the school environment for lesbian, gay, bisexual and transgender young people. Then, we analyzed how people of non-normative sexual orientation and gender identity are seen and recognized by their peers and teachers, specifically focusing on the school experiences of young lesbian women. Finally, we discussed about the way in which we

¹ Doutoranda da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Centro de Psicologia da Universidade do Porto, frodrigues.liliana@gmail.com

² CIS-IUL, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

³ Professora Doutora do Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Centro de Psicologia da Universidade do Porto.

can promote an inclusive school that fosters diversity and enhances active citizenship of young lesbian women.

Keywords: discrimination, young lesbian women, school, citizenship.

Introdução⁴

Estamos a viver uma época de grandes mudanças sociais, políticas e legislativas, de onde têm surgido novos direitos no que respeita às pessoas Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgénero (LGBT). Em Portugal, foram tomadas medidas legislativas para reconhecer novos direitos às pessoas LGBT, especificamente a inclusão da orientação sexual no 13º artigo da Constituição da República Portuguesa (Princípio da igualdade) (CANOTILHO & MOREIRA, 2008, p. 15,16); a aprovação da lei do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em 31 de maio de 2010 (Lei n.º 9/2010) - embora o 3º artigo desta lei proíba a adoção de crianças por casais do mesmo sexo; a adoção de uma lei de identidade de género (Lei n.º 7/2011, de 15 de março), que estabelece procedimentos para a mudança de nome e sexo no registo civil; a alteração ao Código Penal (Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro), incluindo a “identidade de género” nos artigos 132º e 240º relativos ao homicídio qualificado e ofensas à integridade física qualificadas, reconhecendo um agravamento na pena nos crimes motivados pelo ódio transfóbico⁵; e a aprovação da lei que consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso ao emprego e no trabalho (Lei n.º 28/2015 de 14 de abril).

No entanto, apesar deste contexto legislativo, este grupo continua a enfrentar o preconceito e a exclusão em diferentes momentos da sua vida e em contextos diferenciados (BELL & BINNIE, 2006; COOPER, 2006;

⁴ Este artigo está integrado no projeto: “Cidadania Sexual das Mulheres Lésbicas em Portugal: Experiências de Discriminação e Possibilidades de Mudança”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género”. Uma versão preliminar deste artigo foi publicada nas atas do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura que decorreu entre os dias 3 a 5 de agosto de 2011 em Salvador da Bahia, Brasil.

⁵ Crimes motivados pelo ódio contra pessoas trans e transexuais (pessoas cuja identidade de género não corresponde ao sexo atribuído aquando do nascimento).

JOHNSON, 2002; NOGUEIRA & OLIVEIRA, 2010 RICHARDSON, 2000a; RODRIGUES et al., 2015).

Algumas investigações mostram que existem discursos heterossexistas⁶, sexistas⁷ e práticas de violência no local de trabalho, na escola e outras instituições sociais e que estes discursos e práticas estão significativamente correlacionados com o sofrimento, a depressão, e o suicídio de pessoas LGBT (ALMEIDA, 2010; BAGLEY, 2000; RAGINS, SINGH & CORNWELL, 2007; SMITH & INGRAM, 2004).

Apesar de se ter reconhecido que as pessoas LGBT têm sido discriminadas em determinados contextos, nomeadamente na escola e de ter havido em Portugal uma crescente preocupação nos estudos em reconhecer a cidadania sexual, contribuindo para a visibilidade das pessoas LGBT (ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 2010; CARNEIRO & MENEZES, 2004; COSTA, PEREIRA, OLIVEIRA & NOGUEIRA, 2010; NOGUEIRA & OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2010; PEREIRA & LEAL, 2004; RODRIGUES, OLIVEIRA & NOGUEIRA; SANTOS, 2005), as lésbicas ainda são invisíveis quando comparadas com a população homossexual masculina (CASCAIS, 2004; RODRIGUES et al., 2015).

Perante a escassez de estudos sobre cidadania sexual das mulheres lésbicas no contexto escolar, o presente trabalho tem como objetivo elaborar uma resenha teórica sobre a forma como as escolas e seus/suas profissionais se posicionam relativamente à cidadania de jovens lésbicas. Em primeiro lugar, apresentámos as características do ambiente escolar para os/as jovens lésbicas, gays, bissexuais e transgénero. Depois, mostrámos como as pessoas com orientações sexuais e identidades de género não normativas são vistas e reconhecidas pelos seus pares e pelos/as professores/as, auscultando, em particular, as experiências de jovens lésbicas no contexto escolar. Por fim, discutimos sobre o modo como podemos contribuir para uma escola mais inclusiva que fomente a diversidade e a cidadania ativa de

⁶Este considera a heterossexualidade como a única orientação sexual imaginável, negligenciando outras possibilidades de sexualidade. Também, o heterossexismo pode ser explicado pela equação "experiência heterossexual = experiência humana", o que torna todas as outras formas de expressão sexual humana patológicas, desviantes e invisíveis (YEP, 2002).

⁷Reconhece o masculino como a verdadeira e principal possibilidade de existência, relegando a mulher para uma existência inferior (AMÂNCIO & OLIVEIRA, 2006; NOGUEIRA, 2001).

jovens lésbicas. Com este artigo pretende-se assim dar visibilidade à forma como as escolas se posicionam, no que diz respeito à cidadania de jovens lésbicas, percebendo em que medida os contextos educativos podem fomentar a discriminação e promover exclusão social.

Cidadania de jovens LGBT em contexto escolar

Segundo Guacira Louro (1997) a escola tem vindo a produzir diferenças e desigualdades, segregando as pessoas. Separou os homens das mulheres, os/as católicos/as dos/as protestantes, os/as ricos/as dos/as pobres. Concebida para alguns/mas não para todos/as, foi gradualmente reivindicada por aqueles/as a que havia sido negada. No entanto, mesmo quando a escola passou a ser um direito para todos/as e não apenas para alguns/as, os discursos construídos na e sobre a escola continuaram a silenciar a diversidade que nela existia.

As lésbicas, os gays, os/as bissexuais e os/as transexuais, fizeram parte dessa diversidade silenciada, uma vez que os discursos normativos sobre género e sexualidade que foram vinculados pelas sociedades (i.e., o heterossexismo e o sexismo) uniformizaram a própria estrutura escolar.

O heterossexismo e o sexismo estão enraizados na crença de que algumas manifestações de sexualidade e de género são “normais”, e portanto aceitáveis, enquanto outras são “desviantes” e reprováveis (ZAVALKOFF, 2002). Estes sistemas de opressão ditam os comportamentos de homens e mulheres: os homens devem comportar-se conforme as etiquetas e pautas que delimitam a masculinidade, enquanto que as mulheres têm de comportar-se segundo os padrões sociais de feminilidade (AMÂNCIO & OLIVEIRA, 2006; MÉNDEZ, 2007; NOGUEIRA, 2001). Estes discursos heterossexistas e sexistas atravessam todos os contextos sociais, nomeadamente a escola, podendo transformar esta num contexto ou local potencialmente inseguro para os/as alunos/as que rompem com esses sistemas e discursos opressivos, ou seja, os/as alunos/as LGBT (MÉNDEZ, 2007).

Alguns estudos realizados em vários países têm demonstrado que o clima das escolas é geralmente não-apoiante e inseguro para muitos/as jovens LGBT. Estes/as jovens relatam experiências de violência, discriminação e outros acontecimentos negativos na escola, frequentemente relacionados com a sua orientação sexual e identidade de género (KOSCIW, GREYTAK & DIAZ, 2009) não normativas. Especificamente, os

acontecimentos negativos na escola incluem a violência verbal e física (BONTEMPO & D'AUGELLI, 2002; D'AUGELLI et al., 2002; KOSCIW & DIAZ, 2006), violência sexual (BOCHENEK & BROWN, 2001; FINERAN, 2001), exclusão social e isolamento (UENO, 2005), e outros problemas interpessoais com os pares (PEARSON et al., 2007; RUSSELL et al., 2001). Estes acontecimentos reflectem-se negativamente a vários níveis: aumento do absentismo por se sentirem desconfortáveis ou inseguros na escola, crescentes problemas com a disciplina e menores níveis de compromisso escolar e conquistas académicas (KOSCIW & DIAZ, 2006; RUSSELL et al., 2001). Também, a vitimização na escola tem-se relacionado com um aumento de comportamentos de risco para a saúde entre os/as adolescentes LGBT, assim como abuso de substâncias, tentativas de suicídio e efeitos psicológicos prejudiciais (BONTEMPO & D'AUGELLI 2002; ESPELAGE et al., 2008).

Contudo, apesar das evidências da existência do heterossexismo nas escolas, tal como na sociedade, fazendo com que os/as jovens LGBT enfrentem ambientes escolares hostis, a juventude LGBT não é um grupo uniforme, as suas experiências variam com as suas características individuais, com a sua localização, com as características das suas escolas e das suas comunidades (KOSCIW, GREYTAK & DIAZ, 2009).

Alguns estudos analisaram as diferenças entre as escolas, relativamente ao tamanho, à quantidade e ao nível socioeconómico dos/as seus/suas alunos/as, à multiplicidade étnica e ao meio de desenvolvimento onde a escola está inserida, como factores protetores ou de risco para os/as jovens LGBT (GOODENOW et al., 2006; KOSCIW, GREYTAK & DIAZ, 2009; PRESTON et al., 2007; SZALACHA, 2003). O estudo desenvolvido por Szalacha (2003) mostrou que as escolas com uma maior população estudantil apresentavam um clima escolar mais tolerante a jovens LGBT do que outros tipos de escolas.

Outros estudos mostraram que jovens LGBT que frequentavam escolas urbanas, de maiores dimensões, com jovens de classes sociais mais desfavorecidas e com maior número de estudantes de grupos étnicos oprimidos tinham menores níveis de vitimização e menor absentismo por motivos de segurança do que os/as jovens LGBT que frequentavam escolas pequenas, que não tinham alunos/as de diferentes classes sociais e de diferentes etnias (GOODENOW et al., 2006; KOSCIW, GREYTAK & DIAZ, 2009).

Segundo o estudo realizado por Kosciw & Diaz (2006), nos EUA, as características da comunidade alargada podem afectar as experiências escolares dos/as jovens LGBT. Por exemplo, encontraram diferenças entre comunidades rurais, urbanas e suburbanas. A juventude LGBT em comunidades rurais experienciava mais violência relacionada com a orientação sexual e identidade de género do que em comunidades urbanas ou suburbanas (KOSCIW & DIAZ, 2006). Uma das explicações para esse resultado é que uma escola urbana, sendo mais diversa, pode oferecer um vasto leque de “nichos” sociais para os/as alunos/as, proporcionando mais oportunidades de pertença social (GOODENOW ET AL., 2006). Uma outra explicação é uma falta de diversidade em muitas comunidades rurais e maior concentração de indivíduos com valores conservadores e por sua vez preconceituosos face à sexualidade e ao género, assim como crenças religiosas que condenam e estigmatizam a homossexualidade e a não-conformidade de género (KOSCIW, GREYTAK & DIAZ, 2009; PRESTON et al., 2007). Em suma, as escolas são espaços de múltiplas relações e significados, que dependem das suas próprias características, do tipo de alunos/as que as frequentam, bem como das características da comunidade onde se inserem.

Práticas dos/as profissionais da educação no contexto escolar

Alguns estudos revelam que os/as profissionais da educação têm tido atitudes homofóbicas (BUTLER & BYRNE, 1992; CLARK, 2010; FONTAINE, 1997; FONTAINE, 1998; RODRIGUES ET AL., 2015; SEARS, 1992; TELLJOHANN & PRICE, 1993) e influenciam as próprias atitudes e comportamentos dos/as outros/as alunos/as (FONTAINE, 1997; SEARS, 1992) que os/as têm como modelos ou conselheiros/as. Contudo, embora este panorama de homofobia nas escolas seja já comprovado na literatura, a maioria das escolas não aborda a temática da homossexualidade, nem os preconceitos encontrados no corpo docente (CLARK, 2010; FONTAINE, 1998). A maioria dos/as professores/as não se sente preparado/a para tratar este tema, sendo que poucos/as receberam algum tipo de formação adicional acerca da homossexualidade (CLARK, 2010; FERFOLJA & ROBINSON, 2004; FONTAINE, 1998; SEARS, 1992; TAYLOR, 2004), em particular, ou sobre as questões das sexualidades, identidades e géneros em geral.

Pela constatação do ambiente heterossexista e sexista presente nas escolas e pela falta de formação dos/as professores/as sobre sexualidade e sobre o ambiente escolar para os/as jovens LGBT, tem-se referido a importância de se criar políticas de ensino que incluam formação para professores/as sobre este tema (CLARK, 2010; RIGGS, ROSENTHAL & SMITH-BONAHUE, 2010). A formação sobre diversidade e justiça social deve incluir um trabalho explícito contra a “violência das normas de género” (ROBINSON & FERFOLJA, 2005; ROBINSON, 2005), bem como inculcar responsabilidade nos/as professores/as no desenvolvimento de um trabalho com os/as seus/suas alunos/as na desconstrução de estereótipos de género e de sexualidade (CLARK, 2010), que têm sido vinculados de geração em geração, reconhecendo assim a responsabilidade dos/as professores/as e das escolas na educação para a diversidade e para a não discriminação.

Experiências de discriminação de jovens lésbicas em contexto escolar

A abordagem para as questões LGBT tem sido considerada a partir de um ponto de vista neutro ou universalista, como se a cidadania sexual tivesse de ser tratada de igual forma para as pessoas LGBT (RICHARDSON, 2000b). Uma abordagem que trata de igual forma as pessoas LGBT anula as experiências específicas destas pessoas, especificamente das lésbicas e pode ser considerada como um retrocesso a uma política subtil de dominação masculina (AMÂNCIO & OLIVEIRA 2006; LOURO, 1997; PHELAN, 1994).

Alguns/as pesquisadores/as propuseram um modelo alternativo à universalidade das questões da sexualidade LGBT, sugerindo um paradigma da diversidade de direitos (COOPER, 1993; ROSENBLOOM, 1996), que se baseia na ideia de que existem experiências de discriminação específicas para as lésbicas e como tal importa promover campanhas igualmente específicas para os direitos das lésbicas (ROBSON, 1992).

No debate sobre os direitos das mulheres, também existiram tensões entre quem defendia a perspetiva universalista e a corrente da cidadania sexual diferenciada (AMÂNCIO & OLIVEIRA, 2006). Os estudos feministas têm contribuído para a visibilidade das mulheres, enquanto grupo oprimido com necessidade de visibilidade e reflexão (AMÂNCIO & OLIVEIRA, 2006; LOURO, 1997; NOGUEIRA, 2001), no entanto, mesmo

nos estudos feministas as mulheres lésbicas raramente foram reconhecidas, enquanto sujeitos da ciência (KITZINGER, 1996) e enquanto sujeitos políticos do próprio movimento feminista.

Uma das descobertas mais relevantes no que respeita ao reconhecimento das lésbicas tem sido a sua invisibilidade na esfera pública. Vários/as autores/as identificaram o fenómeno de invisibilidade das lésbicas em diversos contextos de cidadania (FASSINGER, 1995; KENDALL, 1996; SAARI, 2001) e esta invisibilidade está claramente relacionada com o heterossexismo, contribuindo para a ausência de lésbicas na esfera pública (NOGUEIRA & OLIVEIRA, 2010), nomeadamente no espaço escolar.

Dos estudos que analisaram as diferenças de experiências de discriminação entre lésbicas e gays no contexto escolar referiram que a violência homofóbica é mais visivelmente dirigida para gays e homens bissexuais (YEP, 2002) do que para lésbicas e mulheres bissexuais (D'AUGELLI et al. 2002; KOSCIW & DIAZ 2006; POTEAT & ESPELAGE, 2007). Estes dados podem estar relacionados com o sexismo e com o heterossexismo que atribuem maior importância às questões da masculinidade e da heterossexualidade.

Perante a escassez de estudos sobre cidadania sexual das mulheres lésbicas no contexto escolar, será crucial promover uma maior discussão e debate em torno da temática das lésbicas, não esquecendo o peso do sexismo e do heterossexismo que se vincula nas escolas e que promove invisibilidade a estas mulheres na configuração do próprio ambiente escolar.

Algumas reflexões para a prática em contexto escolar e considerações finais

A escola é um espaço que, ao procurar ocultar a existência de uma realidade não heteronormativa, fomenta a exclusão social, transformando-se num contexto potencialmente inseguro para as alunas lésbicas (RODRIGUES et al., 2015). Neste sentido, é fundamental implementar nas escolas uma formação específica sobre géneros e sexualidades, para professores/as, auxiliares, alunos/as e para todo o corpo escolar. Uma visão crítica do papel da escola permitiria repensar as práticas educativas vigentes, promovendo maior equidade de género, inclusão social e a constituição de uma cidadania para todos e todas, com o combate ao

sexismo e heterossexismo, de entre outras formas de opressão (JUNQUEIRA, 2007). Importa também aumentar o debate sobre a forma como as jovens lésbicas vivem a sua sexualidade, de modo a que estas não sejam invisíveis quando se fala do ambiente escolar e da violência nas escolas.

É indispensável questionar não apenas o que se ensina, mas como se ensina e quais os sentidos que os/as alunos/as dão ao que aprendem. A sociedade em geral, e os/as profissionais escolares, em particular, devem estar atentos/as à linguagem e às práticas heterossexistas nas escolas. Os/As professores/as devem também compreender que os/as seus/suas alunos/as podem identificar-se como LGBT e de modo algum pode ser impedido a estes/as alunos/as o mesmo acesso a um ambiente seguro e de suporte de aprendizagem como é dado aos seus pares heterossexuais (MICHAELSON, 2008), tal como a todos/as os/as alunos/as independentemente do seu sexo, identidade de género, da sua classe social, da sua ideologia política, etnia, filiação religiosa, condição económica ou social.

Mais estudos nesta área, ajudariam a entender a possível variedade dos discursos presentes nos espaços escolares relativamente a diferentes tipos de expressões e comportamentos heterossexistas, assim como conhecer os contextos que potenciam ou dificultam ações de proteção para os/as jovens LGBT, em particular para as jovens lésbicas. Seria também importante que a investigação futura auscultasse como a intervenção, ou falta dela, por parte dos/as professores/as, afecta o clima escolar para os/as jovens LGBT (KOSCIW, GREYTAK & DIAZ, 2009), e em específico para as jovens lésbicas.

É também fundamental reconhecer a existencia de diferentes eixos de opressão que se interseccionam, produzindo experiências de discriminação concretas. Por exemplo, as pessoas não são apenas homens e mulheres de diferentes classes sociais, “raças”, religiões, ideologias políticas, idades, orientação sexual, mas as suas interações podem provocar as mais diversas combinações enquanto pessoas, refutando a noção redutora e simplista de homem dominante e mulher dominada (LOURO, 1997; NOGUEIRA, 2011). As experiências de discriminação de uma mulher branca heterossexual e pobre, serão efetivamente diferente de ser uma mulher negra, lésbica e rica. É, por isso, importante assumir os valores de justiça social em todos os aspetos da vida em sociedade, (des)construindo

os nossos lugares de privilégio e incitando um combate acérrimo contra qualquer tipo de discriminação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Miguel Vale. O casamento entre pessoas do mesmo sexo. Sobre "gentes remotas e estranhas" numa "sociedade decente". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 17-31, 2006.

ALMEIDA, Miguel Vale. O contexto LGBT em Portugal. In: NOGUEIRA, C; OLIVEIRA, J. (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

AMÂNCIO, Lúcia & OLIVEIRA, João Manuel. Men as individuals, women as a sexed category. Implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, 16, 35-4, 2006.

BAGLEY, Christopher & TREMBLAY, Pierre. Elevated rates of suicidal behavior in gay, lesbian, and bisexual youth. *Crisis: The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention*, 21, 3, 111-117, 2000.

BELL, David & BINNIE, Jon. Geographies as sexual citizenship. *Political Geography*, 25, 8, 869-873, 2006.

BOCHENEK, Michael, & BROWN, A. Widney. *Hatred in the hallways: Violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, and transgender students in US schools*. New York: Human Rights Watch, 2001.

BONTEMPO, Daniel E., & D'AUGELLI, Anthony R. Effects of at-school victimization and sexual orientation on lesbian, gay, or bisexual youths' health risk behavior. *The Journal of Adolescent Health*, 30, 364-374, 2002.

BUTLER, Karen L., & BYRNE, T. Jean. Homophobia among preservice elementary teachers. *Journal of Health Education*, 23, 355-359, 1992.

CANOTILHO, J. J. Gomes & MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa: Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

CARNEIRO, Nuno Santos & MENEZES, Isabel. Paisagens, caminhos e pedras: identidade homossexual e participação política. In: CASCAIS, A. F. (Org.). *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda, 2004.

CASCAIS, António Fernando. Um nome que seja seu: dos estudos gays e lésbicos à teoria queer. In: CASCAIS, A. F. (Org.). *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda, 2004.

CLARK, Caroline T. Preparing LGBTQ-allies and combating homophobia in a U.S. teacher education program. *Teaching and Teacher Education*, 26, 704-713, 2010.

COOPER, Davina. Active Citizenship and the Governmentality of Local Lesbian and Gay Politics. *Political Geography*, 25, 8, 921-943, 2006.

COOPER, Davina. An Engaged State: Sexuality, Governance and the Potential for Change. In: Bristow, I; Wilson, A. R. (Org.). *Activating Theory: Lesbian, Gay and Bisexual Politics*. London: Lawrence and Wishart, 1993.

COSTA, Carlos Gonçalves, PEREIRA, Miguel, OLIVEIRA, João Manuel, & NOGUEIRA, Conceição. Imagens sociais das pessoas LGBT. In: NOGUEIRA, C.; J. OLIVEIRA, O. M. (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

D'AUGELLI, Anthony R., PILKINGTON, Neil W., & HERSHBERGER, Scott L. Incidence and mental health impact of sexual orientation victimization of lesbian, gay, and bisexual youths in high school. *School Psychology Quarterly*, 17, 2, 148-167, 2002.

ESPELAGE, Dorothy L., ARAGON, Steven R., BIRKETT, Michelle, & KOENIG, Brian W. Homophobic Teasing, Psychological Outcomes, and Sexual Orientation Among High School Students: What Influence Do Parents and Schools Have? *School Psychology Review*, 37, 2, 202-216, 2008.

FASSINGER, Ruth. From Invisibility to Integration: Lesbian Identity in the Workplace. *Career Development Quarterly*, 44, 2, 148-167, 1995.

FERFOLJA, Tania, & ROBINSON, Kerry H. Why anti-homophobia education in teacher education? Perspectives from Australian teacher educators. *Teaching Education*, 15, 1, 9-25, 2004.

FINERAN, Susan. Sexual minority students and peer sexual harassment in high school. *Journal of School Social Work*. 11, 2, 50-69, 2001.

FONTAINE, Janet H. Evidencing a need: school counselors experiences with gay and lesbian students. *Professional School Counseling*, 1, 3, 8-14, 1998.

FONTAINE, Janet H. The sound of silence: public school response to the needs of gay and lesbian youth. *Journal of Gay and Lesbian Social Services*, 7, 101-109, 1997.

GOODENOW, Carol, SZALACHA, Laura, & WESTHEIMER, Kim. School support groups, other school factors, and the safety of sexual minority adolescents. *Psychology in the Schools*, 43, 5, 573-589, 2006.

JOHNSON, Carol. Heteronormative Citizenship and the Politics of Passing. *Sexualities*, 5, 3, 317-336, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (2007). O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas*, 3. Anais. Rio Grande, RS: Ed. da FURG.

KENDALL, Christopher. Homophobia as an Issue of Sex Discrimination: Lesbian and Gay Equality and the Systemic Effects of Forced Invisibility. *Murdoch University Electronic Journal of Law*, 3, 3, 1996.

KITZINGER, Celia. The Token Lesbian. In: Wilkinson, S. (Org.). *Feminist Social Psychologies*. Buckingham: Open University Press, 1996.

KOSCIW, Joseph G., & DIAZ, Elizabeth M. The 2005 National School Climate Survey: The experiences of lesbian, gay, bisexual, and transgender youth in our nation's schools. *Gay, Lesbian and Straight Education Network*,

2006.

KOSCIW, Joseph G., GREYTAK, Emily A., & DIAZ, Elizabeth M. Who, What, Where, When, and Why: Demographic and Ecological Factors Contributing to Hostile School Climate for Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth. *Journal Youth Adolescence*, 38, 976-988, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

MÉNDEZ, Raquel Platero. Maricon el Última. Docentes que actuamos ante el acoso escolar en el instituto. *Revista d' Estudis de la Violència*, 3, 1-14, 2007.

MICHAELSON, Matthew Thomas. Inclusion and Social Justice for Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender: Members of the Learning Community in Queensland State Schools. *Australian Journal of Guidance & Counsellin*, 18, 76-83, 2008.

NOGUEIRA, Conceição, & OLIVEIRA, João Manuel. Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

NOGUEIRA, Conceição. Introdução à teoria interseccionalidade nos estudos de género. In: NEVES, S. (Org.). *Género e Ciências Sociais*. Castelo da Maia: Edições ISMAI, 2011.

NOGUEIRA, Conceição. *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista Crítica na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OLIVEIRA, João Manuel. Orientação Sexual e Identidade de Género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

PEARSON, Jennifer, MULLER, Chandra, & WILKINSON, Lindsey. Adolescent same-sex attraction and academic outcomes: The role of school attachment and engagement. *Social Problems*, 54, 4, 523-542, 2007.

PEREIRA, Henrique, & LEAL, Isabel. A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais. In: CASCAIS, A. F. (Org.). *Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda, 2004.

PHELAN, Shane. *Getting Specific: Postmodern Lesbian Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

POTEAT, V. Paul, & ESPELAGE, Dorothy L. Predicting psychosocial consequences of homophobic victimization in middle school students. *The Journal of Early Adolescence*, 27, 2, 175-191, 2007.

PRESTON, Deborah Bray, D'AUGELLI, Anthony R., KASSAB, Cathy D., & STARKS, Michael T. The relationship of stigma to the sexual risk behavior of rural men who have sex with men. *AIDS Education and Prevention*, 19, 3, 218-230, 2007.

RAGINS, Belle Rose, SINGH, Romila, & CORNWELL, John M. Making the Invisible Visible: Fear and Disclosure of Sexual Orientation at Work. *Journal of Applied Psychology*, 92, 4, 1103-1118, 2007.

RICHARDSON, Diane. Claiming Citizenship? Sexuality, Citizenship and Lesbian/Feminist Theory. *Sexualities*, 3, 255-272, 2000a.

RICHARDSON, Diane. Constructing Sexual Citizenship: Theorising Sexual Rights. *Critical Social Policy*, 20, 1, 105-135, 2000b.

RIGGS, Angela D., ROSENTHAL, Amy R., & SMITH-BONAHUE Tina. The impact of a combined cognitive-affective intervention on pre-service teachers attitudes, knowledge, and anticipated professional behaviors regarding homosexuality and gay and lesbian issues. *Teaching and teacher education*, 27, 201-209, 2010.

ROBINSON, Kerry H. Doing anti-homophobia and anti-heterosexism in early childhood education: moving beyond the immobilising impacts of risks, fears and silences. Can we afford not to? *Contemporary Issues in Early Childhood*, 6, 2, 175-188, 2005.

ROBINSON, Kerry H., & FERFOLJA, Tania. What are we doing this for? Dealing with lesbian and gay issues in teacher education. *British Journal of Sociology of Education*, 22, 1, 121-133, 2001.

ROBSON, Ruthann. *Lesbian (Out) Law: Survival Under the Rule of Law*. Ithaca, NY: Firebrand, 1992.

RODRIGUES, Liliana, BRÁS, Andreia, CUNHA, Catarina, PETIZ, João Paulo, & NOGUEIRA, Conceição. Teachers' discourses on young lesbians in the portuguese school context. *Revista Electrónica "Actualidades Investigativas en Educación"*, 15, 2, 1-19, 2015.

RODRIGUES, Liliana, OLIVEIRA, João Manuel, & NOGUEIRA, Conceição. Violência em casais LGB: estudo preliminar. In: Nogueira, C.; Oliveira, J. M. (Org.). *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

ROSENBLOOM, Rachel. *Unspoken Rules: Sexual Orientation and Women's Human Rights*. London: Cassell, 1996.

RUSSELL, Stephen T., SEIF, Hinda, & TRUONG, Nhan L. School outcomes of sexual minority youth in the United States: Evidence from a national study. *Journal of Adolescence*, 24, 111-127, 2001.

SAARI, Carolyn. Counteracting the effects of invisibility in work with lesbian patients. *Journal of Clinical Psychology*, 57, 5, 645-654, 2001.

SANTOS, Ana Cristina. *A lei do desejo: direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2005.

SEARS, James T. Educators, homosexuality, and homosexual students: are personal feelings related to professional beliefs? *Journal of Homosexuality*, 22, 3-4, 29-79, 1992.

SMITH, Nathan Grant, & INGRAM, Kathleen M. Workplace heterosexism and adjustment among lesbian, gay, and bisexual individuals: The role of unsupportive social interactions. *Journal of Counseling Psychology*, 51, 57-67, 2004.

SZALACHA, Laura A. Safer sexual diversity climates: Lessons learned from an evaluation of Massachusetts safe schools program for gay and lesbian students. *American Journal of Education*, 110, 1, 58-88, 2003.

TAYLOR, Catherine. Queering teacher education: failures of empathy and their uses. *Inter-cultural studies: a forum on social change & cultural diversity*. (Special Issue: Queer Studies – Out from the Centre), 4, 1, 19–31, 2004.

TELLJOHANN, Susan K., & PRICE, James H. A quantitative examination of adolescent homosexuals' life preferences: ramifications for secondary school personnel. *Journal of Homosexuality*, 26, 41-56, 1993.

UENO, Koji. Sexual orientation and psychological distress in adolescence: Examining interpersonal stressors and social support processes. *Social Psychology Quarterly*, 68, 3, 258-277, 2005.

YEP, Gust A. From Homophobia and Heterosexism to Heteronormativity. *Journal of Lesbian Studies*, 6, 3, 163-176, 2002.

ZAVALKOFF, Anne. Teaching the Teachers: Confronting Homophobia and Heterosexism in Teacher Education Programs. *Journal of Lesbian Studies*, 6, 3-4, 243-253, 2002.

Legislação

PORTUGAL, Assembleia da República. Lei n.º 19/2013. 29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto –Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e

à assistência das suas vítimas. Diário da República, 1.^a série — N.º 37, pp. 1096-1098, 21 de fevereiro, 2013. Retirado de <http://www.trp.pt/diariorepublica/313-dr2013-02.html>

PORTUGAL, Assembleia da República. Lei n.º 28/2015. Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à oitava alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro. Diário da República, 1.^a série — N.º 72, p. 1842, 14 de abril, 2015. Retirado de: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2317&tabela=leis&nversao=

PORTUGAL, Assembleia da República. Lei n.º 7/2011. Cria o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e procede à décima sétima alteração ao Código do Registo Civil. Diário da República, 1.^a série — N.º 52, pp. 1450-1451, 15 de março, 2011. Retirado de <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05200/0145001451.pdf>

PORTUGAL, Assembleia da República. Lei n.º 9/2010. Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Diário da República, 1.^a série — N.º 105, p. 1853, 31 de maio, 2010. Retirado de <http://dre.pt/pdf1s/2010/05/10500/0185301853.pdf>

Recebido em
19.05.2015
Aprovado em:
07.07.2015